

PROGRAMA DE AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA COM IDOSOS DA UNATI/UERJ: UMA PROPOSTA EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL

Alzira Tereza Garcia Lobato¹

Resumo: O trabalho educativo com idosos, alunos da UnATI/UERJ, tem sido desenvolvido pelo Serviço Social envolvendo jovens estudantes da universidade, através de proposta de cursos e workshops oferecidos aos idosos, contribuindo para a socialização de informações e capacitação nas questões do envelhecimento e de políticas e direitos dos idosos, estimulando a participação social dos sujeitos envolvidos e o engajamento na luta para uma velhice digna.

Palavras-chave: universidade de terceira idade, educação, idosos e participação social.

ACTION PROGRAM ON SOCIAL AND CITIZENSHIP INVOLVEMENT FOR ELDERLY AT UNATI/UERJ : A SÓCIAL SERVICE EDUCATIONAL PROPOSAL

Abstract. Education for elderly with students of UnATI/UERJ has been developed with the work of young University students of Social Services. Throughout courses and workshops offered to the elderly, this program contributes for socialization and for training on aging issues, policies and rights of the elderly. It also encourages social participation and engagement on old age. Dignifying.

¹ Assistente Social da UERJ/UnATI (cidadania.unati@gmail.com)

Key words: university of the third age, education, seniors and social participation.

INTRODUÇÃO

Estudos sobre o envelhecimento da população, ou seja, de pessoas com 60 anos ou mais de idade, informam que esse segmento vem tendo um crescimento acelerado. Assim sendo, tem-se a expectativa de que, no ano 2025, estaremos com um contingente de idosos da ordem de, aproximadamente, 32 milhões de pessoas. Conforme Veras e Camargo (1995) o Brasil deverá ocupar o sexto lugar no mundo em população idosa.

Dados da PNAD (2007) indicam que os idosos, que já contabilizam 20 milhões, correspondem a 10,5% do total da população brasileira. Assim sendo, a expectativa de vida do brasileiro chegou a 73 anos. As mulheres, que representam 55% dos idosos do nosso país, vivem em média sete anos a mais que os homens. De acordo com Berzins (2003) o Brasil também reproduz, no crescimento de sua população idosa, o fenômeno mundial da feminização do envelhecimento.

Se vamos viver mais tempo, resta saber como viveremos, com todas as dificuldades que temos presenciado no contexto econômico e social brasileiro, permeado de desigualdades, que se avolumam com a entrada do país no mundo da globalização que tem gerado desemprego e vem desmontando os chamados Estados de Bem – Estar Social que, minimamente, garantiam políticas públicas aos mais necessitados.

Os idosos em nosso país, que ainda não oferece boas condições de vida para a maioria da população, experimentam o envelhecimento de forma heterogênea. Conforme os estudos de Nunes (2000), compreender fenômenos como o envelhecimento, em nossa sociedade, implica em ir além das diferenças de classe social e considerar também as questões de gênero, raça, e etnia. Conforme Louro (1995) o gênero interfere em nossas oportunidades sociais e orienta nossas relações com os outros (p. 7).

A nosso ver, buscar apoio em estudos de gênero pode ser um caminho para analisarmos os programas de terceira idade, que tem sido desenvolvidos em nosso País, desde a década de 1960 e tem dado visibilidade a uma grande parcela de idosos, em sua maioria mulheres, passando uma imagem da velhice como tempo de realizações, de atividade e de aprendizado. A evolução, no Brasil, dos programas de universidade de terceira idade, tem sido verificada nos centros urbanos mais recentemente. Os programas, em sua maioria, localizam-se no interior das universidades, tradicionalmente espaços freqüentados por jovens estudantes.

Nossa proposta neste artigo é apresentar o trabalho educativo do Serviço Social, responsável por Programa de extensão e pesquisa, desenvolvido na UnATI/UERJ – Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, discutindo algumas questões sobre o processo de envelhecimento no Brasil, políticas para idosos e programas de universidade de terceira idade em nosso país.

2 QUESTÕES SOBRE O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

O Brasil não é mais um país de jovens. Nas ruas, praças e outros lugares públicos podemos encontrar senhores e senhoras que buscam novas formas de viver a velhice. Embora o envelhecimento populacional ocorra em todas as sociedades, assume características diferentes em cada país. Camarano e Beltrão (1997), em seus estudos sobre as características sócio-demográficas da população idosa brasileira, explicam que esse crescimento dos idosos em nosso país deve-se à queda dos índices de fecundidade e ao aumento da longevidade. Isso ocorre em detrimento do peso da população jovem no total da população brasileira. As autoras declaram também que esta é uma tendência mundial e que essa mudança na distribuição etária indica novas demandas por políticas sociais.

Apresentamos, anteriormente, previsões de que seremos, em breve, a sexta população do mundo em idosos. Ao mesmo tempo em que isso nos orgulha, pois significa que estamos com maior expectativa de vida, também nos preocupa, pois as desigualdades sociais cada vez se acentuam mais em nosso país, principalmente com a implementação de políticas de ajuste neoliberal, pelos últimos governos, que obrigam a redução dos gastos públicos, gerando cortes significativos no financiamento das políticas sociais e taxas de desemprego sempre crescentes.

Assim sendo, estamos diante de um quadro adverso para os jovens, que não tem garantias de acesso ao mercado de trabalho formal. Dados do Censo

de 2000 do IBGE indicam que mais da metade dos trabalhadores brasileiros, por estarem inseridos no mercado informal de trabalho, não contribui para a previdência social. Portanto, esses trabalhadores ficarão excluídos do direito à aposentadoria e de outros benefícios como o auxílio-doença, que garantem remuneração ao trabalhador quando este se afasta do trabalho por motivo de doença.

Nesse contexto, pensar em condições dignas de vida para os nossos idosos é enfrentar o desafio de respeitá-los como trabalhadores, que ajudaram a construir a riqueza desse país. Porém verificamos que, muitas vezes, o desrespeito parte de nossos governantes, que vêem os aposentados e pensionistas como causadores de déficits na previdência pública. Dados apresentados na mídia televisiva, recentemente, informam que 66% dos aposentados recebem apenas um salário mínimo de aposentadoria, valor considerado insuficiente para suprir necessidades básicas de saúde, alimentação, moradia e outras. Mas, contraditoriamente, são esses idosos que, mesmo com suas baixas aposentadorias e pensões, tem garantido o sustento de suas famílias, ao mesmo tempo em que movimentam também a economia do município em que residem. Portanto, percebemos que, aquele discurso dos governantes, a nosso ver, é ofensivo e não condiz com a realidade que vivenciamos em relação ao segmento de idosos do país.

Estudos de Pereira (2002) comprovam que o ideário neoliberal vem desmantelando as políticas sociais no Brasil, percebidas como instrumentos de concretização de direitos de cidadania. Além disso, os direi-

tos sociais tem sido, desde os anos 90, contestados por esse mesmo ideário, que preconiza o Estado mínimo, transferindo para a sociedade civil a responsabilidade com a produção de bens e serviços de consumo coletivo.

A Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde são as três políticas que compõe a Seguridade Social e consideradas bens públicos e direitos pela Constituição de 1988. A reforma da previdência, já realizada com a Emenda Constitucional 41/03, no atual governo, mais uma vez irá afetar não só os aposentados, chamados de inativos, como também os trabalhadores ativos, que terão que conjugar tempo de serviço e idade mínima para terem direito à aposentadoria.

Ser idoso no Brasil é ora ser reverenciado pela mídia, como garoto propaganda ou freqüentador de bailes e programas de terceira idade, ora ser apresentado como segmento excluído da sociedade, muitas vezes vivendo nas ruas das grandes cidades, em precárias condições, ou ainda em asilos ou casas de repouso.

Em nossa sociedade, a imagem que se tem da velhice ainda é bastante negativa, embora nos programas de terceira idade os idosos sejam representados como ativos e disponíveis para viver intensamente essa fase da vida. Debert (1997) alerta para o fato de que essa imagem da velhice bem-sucedida não deve descartar, mesmo com os avanços médicos e tecnológicos, a condição de dependência na velhice.

Estudos de vários autores demonstram que as desigualdades sociais tem gerado um número crescente

de idosos incapacitados funcionalmente e com saúde precária. Os idosos sofrem de doenças crônico-degenerativas, o que implica redefinições nas políticas de saúde voltadas para esse segmento. A esse respeito, Veras e Camargo Jr. (1995) ainda chamam a atenção para o aumento de custos com internação, tratamento, equipamentos e medicamentos, que atendam de modo adequado às demandas dos idosos, tendo em vista que o envelhecimento da população brasileira tem sido permeado pela carência geral de recursos que garantam programas públicos de qualidade.

Portanto, como se pode verificar, o processo de envelhecimento não se resume apenas aos aspectos demográficos; implica criação de políticas públicas para o segmento de idosos que demanda melhores condições de saúde, habitação, aposentadorias e pensões, assistência social, enfim, condições dignas de existência, pelos anos a mais de vida.

3 POLÍTICAS PARA OS IDOSOS NO BRASIL: A LUTA PELOS DIREITOS NA VELHICE

As preocupações sociais decorrentes do envelhecimento da população são relativamente recentes. O primeiro mecanismo legal de garantia dos direitos do cidadão idoso no Brasil foi a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 230, tornou clara a responsabilidade da família, do Estado e da sociedade em relação à subsistência e dignidade dos mais velhos (NUNES, 2001).

Na Constituição de 1988 os direitos da popula-

ção idosa são consolidados como universais e independentes da existência de um vínculo empregatício, sendo contemplados em vários artigos (203, 229 e 230), fruto das reivindicações das Associações e Confederações de Aposentados.

Ressaltamos na década de 1980 a organização política dos idosos em Associações e Conselhos. No período de 1984 a 1988, os primeiros Conselhos foram criados nos estados da região sudeste e sul, respectivamente, São Paulo e Rio Grande do Sul. Esses conselhos são compostos paritariamente por instituições governamentais e não-governamentais, indicando uma organização coletiva dos idosos para participarem desses espaços.

Buscando dar efetividade aos princípios constitucionais, foram criados também, a partir do ano de 1989, diversos grupos de trabalho junto ao então Ministério do Bem- Estar Social e, posteriormente, da Previdência e Assistência Social, para elaboração de um projeto de Política Nacional do Idoso. Dentre os diversos atores envolvidos, destacamos a Associação Nacional de Gerontologia (ANG), que realizou um grande seminário em Brasília, que contou com a participação de várias entidades interessadas na criação de políticas sociais para idosos. Este seminário gerou um documento intitulado “Políticas para a Terceira Idade nos anos 90”, que serviu de base para o texto da Política Nacional do Idoso (LOBATO, 2004). Depois de muitas idas e vindas, decorrentes de mudanças políticas e administrativas nos Ministérios, foi implementada no Brasil a Lei nº 8.842, aprovada em 04 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política

Nacional do Idoso (PNI).

A Política Nacional do Idoso regulamenta os princípios expressos no artigo 230 da Constituição Federal de 1988. Seu objetivo é “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva” (Artigo 1, Capítulo I).

Resultado de inúmeras discussões, a referida política adota como princípios basilares garantir ao idoso os direitos de cidadania efetiva na sociedade, avaliando a sua autonomia e integração social, bem como promover o bem-estar e o direito à vida, trazendo estes como dever do Estado e da família. Ressalta-se que a cidadania implica na participação nas questões sociais, na busca de soluções para esses problemas, ou seja, almeja benefícios e igualdade entre todos.

A Política Nacional do Idoso é resultado das proposições da sociedade e dos movimentos sociais no período histórico recente. Em seus artigos encontramos os dispositivos garantidores de direitos, os princípios e as diretrizes da política com vistas a assegurar uma vida digna ao segmento de idosos.

Em seu capítulo sobre a organização e gestão da Política Nacional do Idoso, a lei explicita ser competência dos Conselhos a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da Política Nacional do Idoso, no âmbito das respectivas instâncias administrativas (federal, estadual e municipal). Sobre as ações governamentais, no artigo 10, a Lei define as competências dos órgãos e entidades públicas e determina ações nas áreas: Promoção e Assistência Social; Saú-

de; Educação; Trabalho e Previdência Social; Habitação e Urbanismo; Justiça e Cultura, Esporte e Lazer.

No ano de 1999 foi promulgada a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), como parte integrante da PNI, que objetiva assegurar um envelhecimento saudável dos idosos brasileiros, buscando preservar sua capacidade funcional, autonomia e qualidade de vida. Ela é fruto do trabalho coordenado de um grupo de profissionais de vários estados, professores de universidades e técnicos do Ministério da Saúde, organizados em comissão, que foram convocados a elaborar a Política (LOBATO, 2004). Suas diretrizes são: a promoção do envelhecimento saudável, a manutenção da capacidade funcional, a assistência às necessidades de saúde do idoso, a reabilitação da capacidade funcional comprometida, a capacitação de recursos humanos, o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais e o apoio a estudos e pesquisas.

Embora a Política Nacional do Idoso e a Política Nacional de Saúde do Idoso determinem medidas e providências para possibilitar qualidade de vida ao idoso, bem como participação efetiva na sociedade, a realidade dos idosos brasileiros ainda está longe da situação defendida nessas legislações.

No atual governo, tivemos a aprovação do Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003, após a ocorrência de fóruns permanentes de discussão da Política Nacional do Idoso (PNI) e, com a presença de grupos de profissionais, idosos e Conselhos, assegurou-se que as diretrizes da PNI fizessem parte do Estatuto do Idoso. Este Estatuto reitera a Política Nacional do Idoso e define a tarefa de cada órgão público na

execução das diretrizes dessa política, sob a coordenação de órgão específico. Contudo, o Estatuto deu cunho mais objetivo aos direitos dos idosos, quando garante medidas de proteção aos mesmos. Amparando os mais diferentes aspectos da vida cotidiana, a referida lei destaca o papel da sociedade e do poder público de assegurarem o direito à saúde, alimentação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito e convivência familiar das pessoas idosas.

Dentre os tópicos garantidos pelo Estatuto, estão as medidas de proteção ao idoso em estado de risco pessoal, a política de atendimento por meio da regulação e do controle das entidades de atendimento ao idoso, o acesso à justiça com a determinação de prioridade ao idoso e a atribuição de competência ao Ministério Público para intervir na defesa do idoso e qualificando, nos crimes em espécie, novos tipos penais para condutas lesivas aos direitos dos idosos e, principalmente, ressaltando os direitos fundamentais, presentes na Carta Universal de Direitos Humanos, de 1948.

Embora o tema da participação social esteja presente no texto das políticas para idosos, ainda existe uma grande lacuna entre a lei e a concretização da participação, na garantia dos direitos sociais dos idosos. Porém, consideramos que é por dentro dos programas direcionados para os idosos que os assistentes sociais podem trabalhar as questões relativas à participação social e ao exercício do controle social, com o intuito de envolver os idosos e os profissionais, na luta pela implementação de políti-

cas públicas para aquele segmento. É nesse sentido que apresentaremos algumas considerações sobre os programas de universidade de terceira idade no Brasil, localizados no interior das universidades, possibilitando assim, o desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa voltados para os idosos, alunos daqueles programas.

4 PROGRAMAS DE UNIVERSIDADE DE TERCEIRA IDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES

A primeira Université du Troisième Âge (UTA) voltada para o ensino e a pesquisa e tendo preocupações com as questões de saúde física, mental e social dos idosos, foi fundada no ano de 1973 por Pierre Vellas na cidade de Toulouse, na França (NUNES; PEIXOTO, 1994).

Na América Latina, em abril de 1983, é criada a UNI 3 Uruguai, com sede no Instituto de Estudos Superiores de Montevideu. Palma (2000, p. 69) chama atenção para o fato de que este programa não tem vínculo com nenhuma universidade tradicional uruguaia, pois é uma universidade aberta que, criada por dois educadores, propõe uma pedagogia de educação permanente intergeracional. Seu processo pedagógico tem base em Paulo Freire e Carl Rogers, é laica, gratuita e universal. É aberta a todas as pessoas, buscando recuperar o valor social, cultural, moral e econômico do idoso, preparando-o para as transformações do mundo.

Esse movimento das UNI 3 ampliou-se para ou-

tros países latino-americanos. No Brasil, encontramos na Universidade de Passo Fundo (RS), o Crea-ti UNI 3, única instituição ligada aquele movimento, através da Rede das Universidades Abertas.

Comentários de Palma (2000) a respeito das propostas das UNI 3, identificam-nas como inovadoras, pois tem caráter intergeracional, promovendo a solidariedade entre as gerações, oportunizando a qualquer pessoa o crescimento individual e coletivo, através da educação não-formal. Se por um lado, as UNI 3 são inovadoras, pois possibilitam trocas entre diferentes gerações, o fato de serem gratuitas e o não-vínculo com uma universidade, parecem trazer limites a sua proposta.

A trajetória dos programas de universidades de terceira idade no Brasil, se deu no interior das universidades, sejam elas de caráter privado ou público, tendo como influência o modelo francês do pioneiro Vellas.

O Serviço Social do Comércio, (SESC) desde a década de 1960 abriu espaço para o trabalho com idosos através dos Grupos de Convivência, voltados para o lazer e a ocupação do tempo livre. Interessante é que um dos primeiros grupos de idosos era de homens aposentados. Nos anos 1970, técnicos do SESC São Paulo, ao retornarem de intercâmbio na Universidade de Toulouse (França) fundaram a primeira Escola Aberta para a Terceira Idade que podemos considerar como o embrião dos programas de universidade de terceira idade, do modo como estão hoje constituídos. Essas escolas estavam direcionadas para um público de idosos mais qualificado em

termos educacionais e sua programação organizada em módulos, oferecia “programas para aposentadoria, informações sobre aspectos biopsicosociais do envelhecimento e atualização cultural, além de atividades físicas e complementação sociocultural” (PALMA, 2000, p. 71).

Na década de 1980 encontramos, no interior das universidades, núcleos de estudo sobre o envelhecimento que deram importante contribuição para o aprofundamento dessa temática. Com a proposta de desenvolver atividades com idosos voltadas para o ensino, a saúde e o lazer, e realizar pesquisas, temos no ano de 1982 a criação do Núcleo de Estudos de Terceira Idade (NETI) da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem como destaque a formação de técnicos e voluntários da área gerontológica, contribuindo com as prefeituras na implantação e implementação de programas gerontológicos.

Outro núcleo que surge no ano de 1982 é o Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade (Nieati) da Universidade de Santa Maria, RS. Destacamos o projeto Aluno Especial II, proposta pioneira, que oferece vagas para alunos idosos em algumas disciplinas nos cursos regulares da universidade.

Em agosto de 1990, a Faculdade de Serviço Social da PUC – Campinas, implantou a Universidade de Terceira Idade, que contou com a assessoria do Professor Paulo Freire, na discussão de sua proposta pedagógica, de extensão universitária e de educação permanente, concebida como um direito do cidadão idoso na busca da liberdade e da democracia (SÁ, 1998).

Ao longo da década de 1990, temos a criação de outros programas de universidade de terceira idade em diferentes Estados do Brasil e com a criação da Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842 de 04/01/1994) que tem objetivo de garantir os direitos sociais e a participação efetiva dos idosos na sociedade, aqueles Programas ganharam maior legitimidade, sendo uma das diretrizes dessa política nas ações voltadas para a educação de idosos.

5 A PROPOSTA DE ENSINO DO PROGRAMA DA UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE DA UNATI/UERJ

Estudos de Palma (2000) sobre educação permanente e programas de universidade de terceira idade chamam a atenção para a criação desses programas com o objetivo de tirar os idosos do isolamento, uma das preocupações de Pierre Vellas, além de propiciar-lhes saúde, energia e interesse pela vida buscando modificar a imagem do idoso perante a sociedade. Vellas acreditava que as dificuldades decorrentes da idade poderiam ser compensadas através da inserção dos idosos em um programa que apresentasse novas possibilidades de vida social, atividades físicas, culturais e de ações de saúde preventiva.

Com uma filosofia semelhante àquela de Pierre Vellas, nossa universidade iniciou suas atividades em agosto do ano de 1993 e veio a se constituir como a primeira iniciativa de programa de universidade de terceira idade de caráter público, no estado do Rio de Janeiro, que já contava com outros programas vincu-

lados às universidades privadas.

O Programa tem como objetivo geral, contribuir para a melhoria dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas idosas acima de 60 anos. A partir dessa intenção, percebemos que, nesse programa, a saúde assume uma concepção ampliada, tendo relação com as condições de vida dos idosos.

Veras e Camargo (1995, p. 13), discutindo aquela proposta, sinalizam que para garantir a melhoria na qualidade de vida dos idosos precisamos enfrentar um duplo desafio: assegurar serviços de qualidade para este segmento e desenvolver recursos humanos de excelência e conhecimento para lidar com o grupo etário que mais cresce em nosso país. Na perspectiva daqueles autores, os programas de universidade de terceira idade estão mais direcionados para idosos com autonomia e independência. Essa condição pode ser mantida por muito tempo se houver apoio de profissionais qualificados para atender a esse segmento.

O Programa UnATI/UERJ está estruturado em três módulos: ensino, pesquisa e extensão, que também são áreas de atuação da Universidade. Buscando desenvolver ações articuladas também se constitui como uma microuniversidade temática nas questões do envelhecimento.

Na perspectiva da elevação da qualidade de vida do idoso pretende-se no Programa: proporcionar um local qualificado como instituição de saúde pública, de socioterapia e de serviços comunitários, além de pesquisas e ações gerontológicas; promover cursos para atualização de conhecimentos, buscando a integração dos idosos à sociedade contemporânea;

capacitar profissionais de várias áreas do conhecimento para o atendimento de problemas de pessoas idosas; assessorar órgãos governamentais e não-governamentais na formulação de políticas específicas para o grupo etário de mais de 60 anos.

O módulo ensino do Programa é composto por duas sub-áreas: educação continuada (com a oferta de cursos livres para os idosos agrupados em áreas temáticas) e desenvolvimento de recursos humanos. Na área de capacitação de recursos humanos oferecemos estágio curricular para alunos graduandos e pós-graduandos da Universidade, além de cursos de Gerontologia para profissionais interessados em trabalhar com idosos, desenvolvendo também, seminários e grupos de estudo. Nessa Coordenação de Ensino temos também a Assessoria de Comunicação Social, responsável por toda a divulgação da programação, a Coordenação Pedagógica, que orienta os professores na organização dos cursos e desenvolve avaliações periódicas do processo pedagógico e a Coordenação de Eventos, que organiza programação de palestras, workshops e calendários de festas significativas para idosos que freqüentam o programa. Cabe ressaltar que toda a programação de ensino direcionada aos idosos está localizada no Centro de Convivência do Programa.

Para Nunes (2000) pensar a educação de idosos como um processo contínuo é desenvolver uma nova postura crítica e reflexiva frente aos problemas decorrentes dessa fase da vida estimulando a emergência de potencialidades e de criatividade dos alunos do programa. Nesse processo é importante que o ido-

so possa exercitar uma visão crítica da realidade em que vive e atua, bem como a convicção de que é possível transformá-la.

O idoso que estiver interessado em participar do programa precisa ter, no mínimo, 60 anos e qualquer nível de escolaridade. No ato da matrícula, contará com a orientação pedagógica e poderá freqüentar até três cursos por semestre. Além disso, o idoso poderá participar de palestras e outros eventos, ao mesmo tempo em que é estimulado a freqüentar os espaços da Universidade que oferece farta programação científica e cultural.

Portanto, a proposta pedagógica do Programa, segundo Nunes (2000), diz respeito às ações e projetos educacionais que permitirão ao idoso a absorção de novos conteúdos que lhes dêem acesso aos bens e serviços da sociedade, usufruindo desses bens na condição de sujeitos e cidadãos de terceira idade.

6 PROPOSTA EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL COM OS IDOSOS

Nosso trabalho com idosos vem sendo desenvolvido há 16 anos, através de projeto de extensão vinculado também a ações de ensino e pesquisa na área do envelhecimento.

Através das ações do projeto de extensão possibilitamos estágio curricular aos alunos da graduação de Serviço Social que são capacitados nas questões de envelhecimento no Brasil, desenvolvendo atividades e cursos para os idosos do programa de universidade de terceira idade. As atividades do projeto direcio-

nadas aos idosos são as seguintes: curso de capacitação nas questões de participação social e cidadania na terceira idade e workshops sobre questões do envelhecimento e políticas sociais para idosos.

O curso de capacitação de idosos é oferecido anualmente, tendo duração de dois semestres, com aulas semanais. O objetivo do curso é capacitar os idosos nas questões de participação social e cidadania na terceira idade, estimulando-os a frequentarem os espaços sócio-políticos de nossa cidade que discutem as questões de direitos sociais dos idosos, como também estimular a participação nos espaços sócio-culturais, seja no âmbito da universidade ou de nossa cidade. Ressaltamos que a ocupação desses espaços pelos idosos é uma das diretrizes da política social direcionada a esse segmento.

Estudos de Nunes (2001) quanto à caracterização dos idosos que frequentam programas de universidade de terceira idade, demonstram que as mulheres idosas são maioria e que estão interessadas em adquirir novos conhecimentos e desenvolver a sociabilidade. Esse último aspecto é interessante para nossa discussão tendo em vista os estudos de Ammann (1979) sobre associativismo como participação social indireta. Neste sentido, identificamos nos programas de universidade de terceira idade aspectos significativos que se configuram como potencializadores da participação do idoso na sociedade. No que diz respeito às condições de participação no nível do indivíduo, ou seja, no plano da conscientização, encontramos em Ammann três condições: motivação, informação e educação.

A motivação está relacionada ao modo como nos colocamos diante do mundo exterior. Existem várias ordens de motivos: lógicos, biológicos, amorosos, porém a ordem de motivos de natureza ética é a que nos leva a participar propiciando diálogo e comunicação com o outro, favorecendo a associação através da busca voluntária por outros grupos. Observamos em nosso cotidiano de trabalho que os idosos estão motivados a participar do programa buscando um significado mais positivo para a velhice, tradicionalmente percebida como período de perdas, adoecimento e tempo de “espera da morte”.

A informação é a condição que subsidia os segmentos nas escolhas a partir de seus interesses e necessidades. Verificamos que a proposta de nosso projeto educativo junto aos idosos, através do curso de capacitação, tem privilegiado a socialização de informações a respeito do processo de envelhecimento e das políticas para idosos de modo a operacionalizar essa condição de participação.

A terceira condição para a participação é a educação. Aprender a participar é se apoderar de idéias, de hábitos e habilidades com um novo padrão de comportamento, o que é possível ao longo de toda nossa vida. Portanto, através de um processo de educação permanente é que os usuários de nossos serviços podem assumir uma nova posição frente às situações do seu cotidiano, desenvolvendo potencialidades, muitas vezes adormecidas, além de acionar a capacidade de crítica, de organização e luta pela garantia de direitos em nossa sociedade.

No desenvolvimento da proposta educativa do

curso para idosos uma de nossas primeiras ações é conhecer o perfil da turma, ao mesmo tempo que apresentamos nossos objetivos e os temas da programação do curso que iremos desenvolver, acrescidas das sugestões de temas feitas pelos alunos. Ao longo desse tempo o perfil dos alunos tem apresentado as seguintes características: a maioria dos alunos é constituída por mulheres idosas na faixa dos 70 ao 75 anos, com escolaridade variando do 1º ao 2º grau completo, tendo algumas nível superior. A maioria das mulheres é viúva, mas há também um grande número de mulheres casadas e poucas divorciadas e solteiras. Há um grande número de mulheres morando com maridos e filhos, mas chamou-nos a atenção o grande número de mulheres que reside sós. Quanto à moradia, reside em bairros próximos ao programa e possui moradia própria. Muitas alunas são aposentadas, mas também, recebem pensão e a maioria possui plano de saúde. Quanto à participação em outros grupos relata participar de grupos de convivência, freqüentar diferentes credos religiosos, algumas realizam trabalho voluntário e outras relatam inserção em grupos onde exercem participação política como: partido político, associação de aposentados e pensionistas. O perfil dos homens participantes do curso é o seguinte: aposentados, casados (3) e solteiro (1), com idades entre 68 e 73 anos, nível de escolaridade variando do 1º grau completo ao superior e apenas um homem possui plano de saúde. No que diz respeito à moradia, dois alunos residem com suas esposas, e dois alunos com a esposa e filho. Assim como as mulheres, os homens participantes

declaram frequentar variados credos religiosos, residem em bairros próximos à Universidade e possuem moradia própria.

O desenvolvimento da programação do curso é realizado através de aulas expositivas e reflexivas onde, num primeiro momento, o tema é apresentado pelas coordenadoras buscando valorizar o conhecimento trazido pelas alunas a respeito do tema em discussão. Em seguida, propomos às alunas questionamentos e reflexão sobre os mesmos, tendo em vista a grupalização da discussão dos temas, o que favorece a troca de conhecimentos entre os alunos participantes e a coordenação, na busca da ampliação da visão crítica dos alunos sobre os temas do envelhecimento e da implementação das políticas para idosos em nossa sociedade.

Segundo Nunes

A grupalização como estratégia para que o idoso desenvolva a sociabilidade e o associativismo tem sido privilegiada no encaminhamento do conteúdo programático do curso. Essa prática tem propiciado o exercício de escuta do outro, como também a percepção de questões comuns à vivência como idosos e a reflexão dessas questões com vistas a uma ação participativa dos idosos (NUNES, 2001, p.60)

Durante as aulas utilizamos também técnicas de dinâmica de grupo, que favorecem a integração dos alunos, ao mesmo tempo em que socializamos informações a respeito dos espaços sócio-políticos e culturais de nossa cidade, estimulando os idosos a ocuparem esses espaços, através de visita aos locais,

como também estímulo ao exercício do controle social nos espaços sócio-coletivos dos Fóruns e Conselhos de direitos de idosos (instrumentos que idosos e pessoas vinculadas à causa desse segmento, podem utilizar para reivindicar direitos) existentes em nossa cidade. Assim sendo, nossa proposta educativa com os idosos tem nos aproximado dos pressupostos da prática reflexiva de Vasconcelos (1997) percebida pela autora do seguinte modo:

Assim concebida, a prática reflexiva tem como base a socialização da informação como instrumento de indagação e ação sobre a realidade social. O aspecto educativo aqui está direcionado para a transformação das condições geradoras dos problemas vivenciados, buscando contribuir na promoção de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, com prioridade para o trabalho com grupos sociais – o trabalho coletivo. À população não basta se organizar para reivindicar; faz-se necessário ter acesso ao saber que a instrumentalize no como e no que reivindicar, na busca de alternativas possíveis e como viabilizá-las. (VASCONCELOS, 1997, p. 134).

Os Workshops desenvolvidos pelo projeto buscam problematizar questões relativas ao envelhecimento e à implementação das políticas para idosos. Essa atividade é aberta a todos os alunos idosos e profissionais do programa e convidados externos. Percebemos que os temas apresentados suscitam discussão e questionamento dos participantes quanto às dificuldades para a implementação das políticas para idosos em nosso país. A partir dessas indagações, procuramos reforçar a importância do exercí-

cio da participação social do idoso e dos profissionais comprometidos com esse segmento, junto às instâncias coletivas do controle social que tratam dessas questões em nossa cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com idosos do programa e do projeto vem sendo reconhecido como espaço educativo de exercício da cidadania, onde os idosos são instrumentalizados a lutarem pela garantia da efetivação dos seus direitos sociais. A problematização de questões inerentes ao envelhecimento, a troca de experiências e o exercício da escuta em grupo entre os alunos e os coordenadores, tem possibilitado a constituição de um olhar crítico dos idosos sobre a realidade social, ampliando sua percepção de sujeitos nesse processo. Este aprendizado dos alunos idosos permite a percepção de que podem assumir postura de protagonismo na reivindicação de seus direitos sociais e também participar como sujeitos ativos de sua comunidade. O envolvimento de estudantes de Serviço Social no projeto tem propiciado capacitação nas questões do envelhecimento e das políticas para idosos como também trocas intergeracionais que promovem a reconstrução das representações sociais de idosos e jovens em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, S.B. *Participação Social*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- BERZINS, M.A.V. da S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. In: *Serviço Social & Sociedade, Velhice e Envelhecimento, São Paulo, Editora Cortez, n° 75 – ANO XXIV, 2003, p. 19-33.*
- BRASIL. Política Nacional do Idoso. Lei n° 8.842, de 04/01/1994.
- _____. Estatuto do Idoso. Lei n° 10.741, de 01/10/2003.
- _____. Política Nacional de Saúde do Idoso. Portaria n° 1395, de 09/12/1999, publicada no Diário Oficial da União n° 237 – E, seção 1, p. 20-24, de 13/12/1999.
- CAMARANO, A. A e BELTRÃO, K. I. Características sócio-demográficas da população idosa brasileira. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 5, p. 106-109, 1° sem. 1997.
- DEBERT. G. G. Envelhecimento e curso da vida. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v.5, p. 120-128, 1° sem. 1997.
- FIBGE – Fundação do Instituto de Geografia e Estatística – *Síntese dos Indicadores Sociais*. Brasília, 2002.

LOBATO, A.T.G. Serviço Social e envelhecimento: perspectivas de trabalho do assistente social na área da saúde. In: Bravo, M.I.S. et al. (orgs.) Saúde e Serviço Social. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro:UERJ, 2004, p. 135-149.

LOURO, G.L. Educação e Relações de Gênero. In: Revista *EM PAUTA*, Rio de Janeiro, UERJ, v. 5, 1995, p.5-15.

NUNES, A.T.G.L. e PEIXOTO, C. Perfil dos alunos da Universidade Aberta da Terceira Idade. Relatório de Pesquisa Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social/UERJ,1994 (mimeo).

NUNES, A.T.G.L. As Mulheres na Universidade da Terceira Idade: Busca por novas formas de envelhecer. In: PAZ, S. et al (Orgs). *Envelhecer com Cidadania: quem sabe um dia?* Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/Seção Rio de Janeiro, 2000, p.95-106.

_____. Serviço Social e Universidade de Terceira Idade: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos. In: *Textos sobre envelhecimento, educação e cidadania*. Rio de Janeiro, UnATI/UERJ, Ano 3, nº 5, 2001, p. 41-65.

PALMA, L.T.S. *Educação permanente e qualidade de vida: indicativos para uma velhice bem-sucedida*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

PEREIRA, P. A. Política social, cidadania e neoliberalismo: reflexão sobre a experiência brasileira. In: CARVALHO, D.B.B. et al (orgs). *Novos paradigmas da política social*. Brasília: UNB, Programa de Pós-graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social, 2002, p. 253-273.

SÁ, J.L.M. de. Da Universidade da Terceira Idade para a Comunidade: Educação Popular X Educação Acadêmica In: *Cadernos de Serviço Social*, Edição especial: PUC/Campinas, Ano VIII, 1998, p.12-39.

VASCONCELOS, A. M. de. Prática Reflexiva e Serviço Social. In: *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ/ FSS, 1997. n° 10, p. 131-182.

VERAS, R.P. e CAMARGO JR. K. Idosos e Universidade: parceria para qualidade de vida. In: VERAS, R. (org.) *Terceira Idade: Um Envelhecimento Digno para o Cidadão do Futuro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/UnATI/UERJ, 1995, p. 11-27.

Sites Consultados:

<http://www.ibge.gov.br> – Dados da PNAD 2007.
Acesso em 05 de fevereiro de 2010.

<http://www.unati.uerj.br> – Dados sobre a proposta da UnATI/UERJ. Acesso em 06 de fevereiro de 2010.

Recebido em outubro de 2010
Aprovado em dezembro de 2010